



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 1 DE 24 DE JANEIRO DE 1969

O MINISTRO OSCAR SARAIVA PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e dando cumprimento ao decidido pelo mesmo Tribunal em Sessão Plena Administrativa de 17 de dezembro de 1968, faz saber que o Egrégio Tribunal,

RESOLVE:

Aprovar o seguinte:

ATO REGIMENTAL

Dispõe sobre a aplicação do parágrafo 2º, do artigo 108, da Constituição do Brasil, pelo Tribunal Federal de Recursos:

ARTIGO 1º - As providências previstas no § 2º, do art. 108, da Constituição Federal serão precedidas de inquérito administrativo, com garantia de ampla defesa, mandando instaurar pelo Tribunal ou pelo Conselho de Justiça Federal, com finalidade específica ou com outro objetivo.

PARÁGRAFO 1º- O órgão que haja mandado instaurar o inquérito, manifestar-se-á sobre a possibilidade de instauração de processo de remoção ou disponibilidade de Juiz de primeira instância.

PARÁGRAFO 2º -. Tratando-se de Juiz integrante do Tribunal, a este compete manifestar-se sobre a possibilidade de instauração de processo de disponibilidade.

ARTIGO 2º - Distribuindo o inquérito administrativo, o relator mandará citar o Juiz para examinar o processo na Secretaria, e apresentar defesa no prazo de 10 dias.

ARTIGO 3º - Findo o prazo, com a defesa ou sem ela, serão os autos conclusos ao relator, que poderá proceder às diligências que entender necessárias, no prazo de 20 dias, prorrogável, conforme o caso.

ARTIGO 4º – Atendidas as diligências, os autos serão de imediato conclusos ao relator, pelo prazo de 10 dias, ao revisor por igual prazo, e a seguir, presentes, desde logo a julgamento do Tribunal.

ARTIGO 5º - O Tribunal reunir-se-á para o julgamento com o quorum mínimo de (11) onze de seus membros efetivos, incluído o Presidente, com direito a voto.

PARÁGRAFO ÚNICO – A deliberação será adotada em votação secreta (art. 108, § 2º, da Constituição Federal).

ARTIGO 6º - Em caso de remoção, o Tribunal fixará logo a Seção e a Vara em que o Juiz passará a servir.

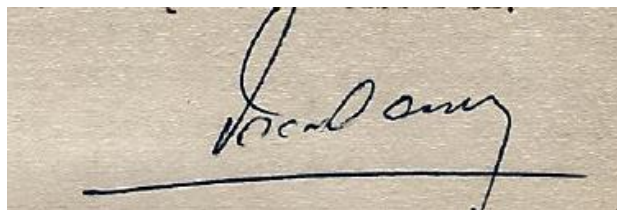
ARTIGO 7º - Compete ao Presidente do Tribunal comunicar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, a decisão, para o efeito da expedição dos respectivos decretos.

ARTIGO 8º - Determinada a remoção, se o Juiz não a aceitar, ou deixar de assumir o cargo, no prazo legal, será desde logo considerado em disponibilidade, suspendendo-se o pagamento de seus vencimentos até a expedição do necessário Decreto.

ARTIGO 9º - O Tribunal, conforme a natureza da causa determinante da remoção ou da disponibilidade e se a mesma indiciar ilícito penal, enviará cópia das peças pertinentes ao Procurador Geral da República, para os fins convenientes.

ARTIGO 10º - O processamento dos atos a que se refere a presente emenda regimental correrá em segredo de Justiça.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

A handwritten signature in dark ink on a light-colored, textured paper. The signature is cursive and appears to be 'Rosa May' or similar, with a long horizontal line extending from the end of the signature.